

Intelectuais, militância política e ditaduras militares na América Latina

Apresentação do dossiê

Maria Paula Araujo

Professora titular de História Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Brasil

mapaula.nascimento55@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1367-2741>

<http://lattes.cnpq.br/9105897577651714>

Gabriela Águila

Professora titular de História Latino-americana Contemporânea da Universidad Nacional de Rosario (UNR) e Pesquisadora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina

Doutora em História pela Universidad Nacional de Rosario, Argentina

gbaguila@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4747-3345>

<https://bicyt.conicet.gov.ar/fichas/p/gabriela-beatriz-aguila>

Izabel Pimentel

Professora adjunta de História do Brasil

República da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, Brasil

belprisk@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0991-5322>

<http://lattes.cnpq.br/9124033193536454>

A segunda metade do século XX foi marcada pela emergência, na América Latina e, em especial, nos países sul-americanos, de ditaduras militares e governos autoritários, que contaram com o apoio de setores significativos da sociedade civil. Essas ditaduras perseguiram, cassaram, censuraram, prenderam, exilaram e mataram as vozes dissidentes. Mas também enfrentaram distintos movimentos de resistências que, em suas múltiplas facetas, as desafiaram.

Neste contexto, os intelectuais – entendidos aqui em seu caráter polissêmico – exerceram um importante papel, sobretudo a partir da perspectiva que ganhou força nas décadas de 1960 e 1970, segundo a qual os intelectuais poderiam e deveriam ser um dos principais agentes da transformação das sociedades. Assim sendo, o universo intelectual também foi atravessado pelo

compromisso com o engajamento político. A esfera pública tornou-se palco não só de sua militância política contra as ditaduras e contra o imperialismo, mas também de intensas reflexões e debates intelectuais que buscavam compreender a história das sociedades latino-americanas, as origens e os desdobramentos de suas desigualdades econômicas e sociais e a construção de projetos políticos alternativos.

Neste dossiê, reunimos 12 artigos escritos por autoras e autores de diferentes instituições e distintas gerações que contemplam as relações entre intelectuais e militância política na América Latina, as trajetórias de intelectuais, a circulação de ideias e suas redes de sociabilidade em seus países de origem e também no exílio, inseridos no contexto das ditaduras latino-americanas.

O dossiê se inicia com o artigo “A militância de José Rodrigues Vieira Netto na luta contra a ditadura militar (1964-1985) e pela redemocratização do Brasil”, de Regis Clemente da Costa, que analisa a trajetória de Vieira Netto, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Paraná. A partir da trajetória desse professor, advogado, ex-deputado e militante comunista, podemos discutir, por um lado, a perseguição aos opositores políticos pelos órgãos de vigilância e repressão de duas ditaduras no Brasil (a do Estado Novo e a implementada no pós-1964) e, por outro, a atuação de intelectuais ligados a partidos e organizações políticas na luta contra a ditadura, pelas liberdades democráticas e pela justiça e pelas transformações sociais.

A repressão política da ditadura iniciada com o golpe civil-militar de 1964 atingiu toda a sociedade brasileira. Nesse sentido, as renovações da historiografia brasileira contemporânea têm problematizado a própria noção de *vítima* da ditadura que, durante muito tempo, ficou associada apenas a guerrilheiros/guerrilheiras oriundos, em sua maioria, das camadas médias dos grandes centros urbanos. Nos últimos anos, diversas pesquisas de historiadoras e historiadores têm destacado como a violência da ditadura também impactou diretamente a vida e o cotidiano de trabalhadores/trabalhadoras rurais e urbanos, da população LGBTQIA+, dos moradores/moradoras de favelas e periferias, da população e dos movimentos negros e dos indígenas.

O artigo “O Cocar e a Caneta: A luta intelectual indígena no Brasil dos militares”, de Luís Gustavo Guerreiro Moreira, se insere nessas renovações historiográficas ao analisar o papel dos intelectuais indígenas na resistência à política repressiva da ditadura que, em nome do “desenvolvimento”, “progresso” e “civilização”, provocou remoções forçadas, esbulhos de terras, torturas, prisões arbitrárias e milhares de mortes de indígenas (causadas por assassinatos e por doenças levadas pelo contato, sem precauções e sem vacinas, com os povos isolados). Além da resistência às violações perpetradas diretamente pelo Estado brasileiro ou com a conivência dele, o artigo destaca o protagonismo dos intelectuais indígenas – que atuam como mediadores culturais e políticos – na construção dos movimentos indígenas organizados a partir das décadas de 1970 e 1980 no país e na defesa de uma revolução epistemológica, a partir da inclusão de perspectivas indígenas nos currículos escolares e na pesquisa acadêmica.

Além do destaque à repressão aos indígenas durante a ditadura, as renovações da historiografia brasileira sobre a ditadura no pós-1964 têm ressaltado também a cumplicidade e a responsabilidade de empresas, nacionais ou estrangeiras, nas graves violações de direitos ocorridas durante essa época. Articulando-se com as correntes historiográficas que enfatizam o caráter “empresarial-militar” da ditadura, o artigo “As veias da Ditadura Empresarial Militar (1964-1985) e a lente de Eduardo Galeano sobre a exploração estrangeira na América Latina”, de Yara Letícia Martins, discute o papel do empresariado nacional, associado ao capital internacional, na concepção e execução do golpe de 1964. Partindo da famosa obra “As veias abertas da América Latina”, do intelectual uruguaio Eduardo Galeano, a autora discute a longa duração da exploração da América Latina e o imperialismo das potências estrangeiras, em colaboração com as elites locais. O texto debate ainda o papel dos Estados Unidos no apoio aos golpes civil-militares na América Latina.

Com a ingerência cada vez maior dos Estados Unidos nos países latino-americanos e a deflagração de sucessivos golpes de Estado e ditaduras na região, significativas correntes de intelectuais se debruçaram sobre a história e as sociedades latino-americanas, buscando compreender melhor esses processos. E grande parte desta produção foi desenvolvida ao longo dos anos em que esses intelectuais estiveram no exílio, afastados de seus países de

origem por conta da violência política das ditaduras. Na segunda metade do século XX, quando as ditaduras militares se espalharam pela América Latina, o exílio também foi institucionalizado, ao lado das prisões, execuções e *desaparecimentos* forçados, como mecanismo para afastar e/ou desarticular elementos considerados “subversivos”, que desafiavam os regimes autoritários.

O exílio foi também o destino do antropólogo e escritor Darcy Ribeiro, cuja experiência exilar é o tema do artigo “Darcy Ribeiro e suas conexões latino-americanas no exílio (1964-1976)”, de Adriane Vidal Costa. No texto, a autora analisa como o exílio foi também um espaço de resistências e de construção de redes intelectuais, fundamentais para o acolhimento e a construção de laços identitários no exterior. No caso de Darcy Ribeiro, em especial, o exílio também foi, em termos intelectuais, bastante frutífero e marcado por uma significativa produção acadêmica e intensa interlocução com intelectuais de vários países latino-americanos. A autora discute ainda como Darcy Ribeiro, ao longo de todo seu exílio, atuou como um intelectual engajado e envolvido politicamente com as questões de seu tempo e refletiu sobre o papel das universidades latino-americanas na defesa da democracia e na formação de uma consciência crítica, que romperia com a posição de dependência da América Latina no sistema capitalista mundial.

Os artigos que se seguem abrem espaço para os debates intelectuais sobre a democracia e as ditaduras latino-americanas, a produção acadêmica e sua articulação com os movimentos sociais e as resistências às ditaduras, bem como a atuação de intelectuais de distintas correntes políticas em seus países de origem ou no exílio.

O artigo de Paulo Alves Pereira Júnior, “Intelectuais e o horizonte democrático no Paraguai (1978-1986)”, analisa os discursos políticos de três intelectuais paraguaios – Juan Andrés Cardozo, Alfredo M. Seiferheldy e José Luis Simón – com foco na reflexão sobre a democracia e seus desafios e publicados entre 1978 e 1986, nos principais periódicos da época, enquanto se intensificavam os protestos sociais e políticos e a crise da ditadura de Alfredo Stroessner. A partir da perspectiva da História Intelectual e do estudo dos intelectuais e suas intervenções no espaço público e político, o autor postula que tais leituras e debates colaboraram para a construção de uma teoria da democracia nos anos finais do longo ciclo autoritário paraguaio.

Três outros artigos se ocupam de distintas trajetórias, reflexões e debates intelectuais durante a ditadura chilena. Iasmin do Prado Gomes, em “A escrita da História das Mulheres como instrumento de luta política contra a ditadura militar no Chile”, se concentra no estudo das produções de intelectuais feministas na revista católica *Mensaje* entre 1986 e 1990, analisando os temas tratados em distintos números, a relação entre feminismos e militância política e a articulação com os movimentos de mulheres feministas no período de transição democrática. A autora demonstra que essas publicações constituíram uma ferramenta de luta contra o *pinochetismo* e sua estrutura autoritária e patriarcal, ao mesmo tempo em que refletiram as transformações no movimento feminista no final da ditadura.

O texto de Adauto Guedes Neto, “Sobre a doutrina de segurança nacional: Comblin e as contribuições de um intelectual da libertação em tempos de ditadura no Chile”, privilegia as contribuições do teólogo ligado à Teologia da Libertação, Joseph Comblin, sobre a Doutrina de Segurança Nacional e a ditadura chilena, através da análise de textos publicados nos anos 1970. O autor expõe a trajetória política e intelectual do sacerdote belga, primeiro no Brasil e depois no Chile, valendo-se de seus escritos sobre o golpe de Estado de 1973 no Chile e a ideologia de segurança nacional (publicados na revista católica *Mensaje* e em seu livro editado em 1978), ao mesmo tempo em que analisa sua atuação militante no catolicismo progressista e a perseguição nos tempos da ditadura de Pinochet.

Finalmente, em seu texto “A revista Nueva Historia e a renovação da historiografia chilena a partir do exílio (1981-1989)”, Lays Corrêa da Silva aborda a circulação de ideias e reflexões que possibilitaram a construção de uma Nova História Social chilena na década de 1980. A autora analisa como um grupo de historiadores chilenos no exílio britânico construiu uma rede transnacional de diálogos e de sociabilidade entre os intelectuais que permaneceram no país e os que se exilaram, assim como os contatos que estabeleceram com especialistas estrangeiros. Tudo isso contribuiu para a formação de um campo de produção e de debates sobre a História chilena durante os anos 1980 – caracterizados pelas críticas à historiografia tradicional e conservadora e pela definição de novos temas (entre eles, a revalorização do lugar dos setores populares na História) – que renovou a historiografia chilena e se consolidou dentro das universidades e dos centros de pesquisa no pós-ditadura.

Os últimos quatro capítulos do dossiê abordam as relações entre a arte e a política, analisando como artistas e intelectuais procuraram, de diferentes formas, transformar o cinema, a música e a literatura em instrumentos de combate às ditaduras latino-americanas, especialmente nas décadas de 1960 e 1970. Inúmeras revistas, movimentos artísticos, grupos de cinema e teatro procuravam formas não apenas de denunciar as ditaduras, mas também de organizar e propor outras maneiras possíveis de viver. Artistas e intelectuais, individualmente ou através de coletivos, experimentavam e propunham formas novas de criação e de sensibilidades. A ideia do homem novo, da arte revolucionária, da potência cultural e política da América Latina e do continente africano permearam ações, propostas e as próprias criações artísticas do período.

Um dos espaços que mais se destacaram nessa proposta de arte revolucionária foi o cinema. O artigo “Terceiro-mundismo e construção de redes cinematográficas: de *Hacia un Tercer Cine* aos encontros de Argel (1969-1973)”, de Ivan Araújo Lima, aborda este tema. O autor recupera a ideia de um cinema do terceiro mundo, que marcou especialmente o cinema latino-americano, que pretendia ser uma arma política a serviço da revolução. O autor trabalha com grupos, movimentos e cineastas que foram marcantes numa época em que artistas se empenharam no conceito de “cinema de guerrilha”. O argentino Fernando “Pino” Solanas, um dos fundadores do grupo Cine Liberación que produziu o documentário “La Hora de Los Hornos”, é um dos cineastas analisados neste capítulo. O texto de Ivan Araujo traz a efervescência de um momento em que o cinema latino-americano e terceiro-mundista se alinhou à ideia de luta política e tomou como principais referências a Revolução Cubana e a guerra da Argélia.

Ainda no cinema, mas num campo bem diferente – o documentário etnográfico – o artigo de Ana Caroline Matias Alencar nos apresenta um outro conjunto de questões teóricas e políticas que incidem sobre a produção cinematográfica. O artigo “Da pele das coisas: paisagem sonora e testemunho oral no cinema etnobiográfico de Jorge Prelorán(1972)” aborda os debates travados nos anos 1960 sobre as formas de realizar um cinema etnográfico. A autora dá destaque à proposta do cineasta argentino Jorge Prelorán de romper com a postura documentarista mais tradicional calcada em informações e impressões preconcebidas e, em oposição a esta postura, construir o documentário a partir

da observação e da convivência com os sujeitos filmados. Ou seja, o documentário seria o “produto estabelecido entre o documentarista e as pessoas documentadas”. Outra característica de Prelorán eram as longas tomadas de cena, sem cortes, preservando o local, os ritmos, as conversas. Em seu artigo, Ana Carolina traz à tona os debates teóricos e metodológicos travados no campo do cinema etnográfico não apenas na América Latina, mas também nos Estados Unidos e na Europa, especialmente nas universidades. Debates que refletem sobre a relação do artista/intelectual/etnógrafo com os povos (originários, camponeses, indígenas) que são objetos /sujeitos desses documentários. O foco principal da autora é destacar a busca de Prelorán em estabelecer um vínculo profundo com os sujeitos de seus documentários.

Além do cinema, a música também se apresentou como espaço de engajamento e de manifestação política. Cantada em locais públicos, em shows, nas ruas, em passeatas, nas casas das pessoas, muitas músicas se tornaram representações dos embates com as ditaduras. O artigo “A música de protesto latino-americana de Milton Nascimento”, de Fernanda Paulo Marques, aborda a dimensão política da música de Milton Nascimento (no sentido geral de música, letra, sonoridade, concertos). Uma dimensão política que se relacionava fortemente a uma perspectiva de latinidade. Milton Nascimento não é considerado um expoente da música de protesto. Sua música não se colocava como *política* no sentido mais direto e explícito como, por exemplo, muitas das mais belas canções de Chico Buarque. Mas Fernanda Marques apresenta a ideia de que as músicas do cantor se relacionavam com o quadro político e cultural da América Latina e do Caribe. “Arte, política, cultura popular, revolução” eram elementos presentes nas músicas de Milton Nascimento. Além disso, muitas de suas músicas explicitavam vínculos e relações com artistas latino-americanos, tais como Violeta Parra e Mercedes Sosa. O artigo de Fernanda desenvolve seu argumento a partir de alguns discos e músicas bastante expressivos, como os discos *Milagres dos Peixes* e *Clube da Esquina 1 e 2* e músicas como *San Vicente* e *Canción por La unidad latino americana* - música composta por Pablo Milanés e por Chico Buarque, que é uma das músicas mais conhecidas do álbum *Clube de Esquina 2*. Acreditamos que o artigo de Fernanda será lido com especial prazer por uma geração que viveu os anos 1970 e que teve

seu imaginário marcado pela cultura latino-americana da qual Milton Nascimento foi um propagandista.

O último texto do dossiê aborda a literatura. O artigo “Carnê de Baile: compassos, pausas e impermanências em Roberto Bolaño”, de autoria de Leandro Donner, assume o desafio de comentar um dos textos menos conhecidos de um dos autores mais complexos da pujante galeria de escritores que a América Latina produziu entre os anos 60 e 70 do século XX. Roberto Bolaño, nascido no Chile em 1953, teve uma trajetória marcada por diferentes exílios. Em 1968 foi para o México com a família e, nesse país, viveu parte importante de sua juventude. Em 1973, Bolaño retornou ao Chile, desejando viver a experiência socialista do governo de Allende. Mas no mesmo ano houve o golpe de Pinochet e Bolaño foi preso (o episódio é narrado em “Carnê de Baile”). Após alguns dias preso, foi libertado e retornou ao México. Em 1977 foi para Espanha. Morreu na Catalunha em 2003. Sua obra é atravessada por esses três países. “Carnê de Baile” é um pequeno conto que segue uma marcação numérica de 1 a 69 pontos seguidos. É um relato memorialístico e fortemente pessoal de sua vida, das experiências e dos países em que viveu, no qual comenta também sobre intelectuais e escritores, em especial Pablo Neruda, com quem tinha uma relação complexa. A obra de Bolaño remete a uma discussão que foi central nos anos 1960 e 1970 sobre qual seria o cerne do potencial revolucionário na arte, se o *conteúdo* ou a *forma*. Bolaño procurava expressar os dois, sua obra literária procurava caminhar pelos dois caminhos. E Leandro Donner, o autor do artigo, procura dialogar com esses dois aspectos.

Propostas políticas e criações artísticas muitas vezes andam juntas. No caso deste dossiê, que se foca nos anos 1960 e 1970, o elo entre intelectuais, artistas e militância política produziu diferentes iniciativas no cinema, na música e na literatura. Neste dossiê discutimos algumas delas. Mas muitas ficaram de fora e poderiam compor muitos outros dossiês. Podemos dar alguns exemplos brasileiros como o Grupo Opinião, o Teatro Oficina e o Teatro de Arena, que reuniram ativistas em variadas propostas experimentais, exercitando o elo entre prática política e criação artística. Essa discussão é, sem dúvida, fecunda e importante para que seja estudada a história intelectual do nosso tempo.

Referências Bibliográficas

- ALTAMIRANO, Carlos. (2006). *Intelectuales. Notas de investigación*. Buenos Aires, Norma.
- GILMAN, Claudia (2012). *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: SigloVeintiuno Editores.
- NAPOLITANO, Marcos (2017). *Coração Civil. A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985)*. Ensaio histórico. São Paulo, Intermeios, USP.
- SIRINELLI, Jean-François (1996). “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV.